

844

MARCELLO CAETANO

CAMINHO DE UNIDADE,  
DE DIGNIDADE  
E DE PROGRESSO

DISCURSO PROFERIDO NA SESSÃO  
COMEMORATIVA DO 28 DE MAIO.  
BRAGA, 29 DE MAIO DE 1971

1112

844




844





033 107 1001



MARCELLO CAETANO

# CAMINHO DE UNIDADE, DE DIGNIDADE E DE PROGRESSO

DISCURSO PROFERIDO NA SESSÃO  
COMEMORATIVA DO 28 DE MAIO.  
BRAGA, 29 DE MAIO DE 1971

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

1971





S.N.I.  
1112

MARCELLO CASTANO

CAMINHO DE LINDADE  
DE DIGNIDADE  
E DE PROGRESSO

ORIENTAÇÃO PROPOSTA NA REGIÃO  
GOVERNATIVA DO 14 DE SÃO  
FRANCO DE SÃO PAULO DE SÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E FINANÇAS

1971

Minhas Senhoras e meus Senhores:

A recordação de uma data e do facto histórico com ela relacionado é sobretudo valiosa quando seja tema de fecunda reflexão.

Os discursos que acabam de ser proferidos constituem, no seu conjunto, essa meditação reflectida acerca da lição do 28 de Maio.

Vão passados quarenta e cinco anos sobre a Revolução Nacional.

Na origem dos males nacionais estava então o sistema parlamentar com predomínio das assembleias legislativas. Os governos precisavam, para se formar e manter, de contar nelas com uma maioria, mutas vezes constituída por alianças artificiais e precárias de partidos minoritários.

Quotidianamente, pode dizer-se, o Governo era atacado, criticado, malsinado nos seus actos, nas suas declarações e nas suas intenções por oposições atrevidas que encontravam com facilidade na opinião o favor habitualmente dispensado no nosso país às verrinas destrutivas.

Impossibilitados de agir pela necessidade de se defenderem a cada momento de ataques malévolos que uma imprensa sem peias e a acção de grupos populares de pressão logo ampliavam, os governantes não governavam. Nem a inconstância parlamentar os deixava existir tempo necessário para isso. No ano de 1920 passaram vertiginosamente pelo Poder sete governos, sem contar o ministério Fernandes Costa que uma simples arruaça não deixou tomar posse. E em 1921, há meio século, foram seis os governos que o País conheceu, um dos quais, o do malogrado António Granjo, soçobrou na onda de sangue do morticínio de 19 de Outubro.

Não faltará quem pergunte para que se há-de recordar este passado de há meio século. Os historiadores revisionistas já estão a procurar amaciar os tons carregados que os contemporâneos não puderam, nem podem, por mais objectividade com que procurem reconstituir os factos, deixar de continuar a pôr nas evocações verídicas. A juventude encolhe os ombros com o cepticismo que sempre a caracteriza perante o que as gerações anteriores lhe pretendem apresentar como lição da História. E não faltarão optimistas para afirmar que em meio século mudaram tanto os homens, os costumes e os ambientes que não há perigo de ver repetir males há tanto ocorridos ...

Todavia, creio que nos demitiríamos do nosso dever se deixássemos de proclamar, como aviso salutar, que as mesmas causas conduzem aos mesmos efeitos e que seria acto de cegueira política regressar-se à supremacia do parlamento com o seu jogo de partidos e as suas querelas de



politicantes a sobrepor à preocupação das soluções racionais e eficazes dos problemas nacionais as lutas ideológicas ou as manobras de conquista do Poder.

A Constituição portuguesa de 1933 foi elaborada com a preocupação de evitar os erros revelados pela experiência do parlamentarismo português e de permitir o funcionamento normal das instituições políticas.

Seria imprudência, e imprudência grave, pormos de lado o que há de substancial nessa Constituição e criarmos o risco de retroceder a um regime que não possa garantir a estabilidade e a continuidade governativas.

A independência do Governo em relação aos votos da Assembleia Nacional, a possibilidade de legislar por decretos-leis, a responsabilidade política do Presidente do Conselho perante o Chefe do Estado são elementos fundamentais da ordem constitucional vigente.

Graças à sua prática as Forças Armadas puderam remeter-se ao papel que lhes pertence de escudo defensivo da Nação. Salazar criou um exército: não apenas por lhe ter renovado quadros, por o ter dotado de material, por lhe haver proporcionado quartéis — mas sobretudo na medida em que restaurou a disciplina abalada, a disciplina sem a qual não existem nem a estrutura nem o espírito militares, separando nitidamente o que é do foro da política — a cargo dos órgãos da soberania — e o que pertence às Forças Armadas que no silêncio e na obediência encontram a grandeza da sua nobre missão de servir.

Foi aqui sublinhada hoje a necessidade de não deixar enfraquecer a autoridade do Estado. Essa necessidade

tenho-a posto em destaque muitas vezes. Precisamos dela para assegurar a paz interna, garantia fundamental da vida, da segurança, do trabalho dos Portugueses. E dela não podemos abdicar numa hora conturbada da vida do mundo em que a indisciplina, o terrorismo e a anarquia minam os alicerces da ordem social e, agitando embora o mito da conquista de um paraíso onde os homens convivam na harmonia impecável das suas vontades concordantes, conduzem ao caos universal.

Não é esta a hora de enfraquecer a autoridade do Estado. Na hora em que defendemos, num combate de todos os minutos, de armas na mão ou com os argumentos da verdade, nos matos inóspitos das fronteiras africanas onde os guerrilheiros operam a partir dos santuários acotados em países estrangeiros, ou nos gabinetes, nas chancelarias e nas reuniões internacionais — a paz, a segurança, o progresso e o futuro das províncias portuguesas do ultramar.

Luta de todos os minutos, afirmo eu, contra um ataque multiforme desencadeado nas mais variadas frentes e conduzido, não pela meia-dúzia de títeres que figuram de dirigentes oficiais dos movimentos terroristas, mas por poderosos inimigos do Ocidente que visam Portugal como sentinela vigilante da sua civilização tradicional.

Infelizmente os países ocidentais carecem de um vigoroso ideário comum. Presos a concepções ultrapassadas de liberalismo político, enfrentam o bloco monolítico do adversário deixando-o actuar à vontade, ou quase, no seio das suas instituições. E conduzem uma tibia política inter-



nacional, ondulante ao sabor da opinião pública, cega pelas conveniências imediatas, sempre disposta à transigência e à conciliação, defendendo com frouxidão os seus interesses vitais que não têm coragem para reconhecer com clareza e para impor eficazmente.

Ao contrário, os adversários prosseguem inexoravelmente os seus objectivos por todos os meios sem regatearem auxílio àqueles que possam favorecê-los, quem quer que sejam e onde quer que estejam. O caminho da sua política é em linha recta e dela não os desviam as concessões, os sorrisos e as ilusões do chamado mundo livre.

Todos desejamos a paz. Todos ansiamos por viver em paz. Triste condição será, porém, a dos homens que gozem a paz sem dignidade, a paz feita de cobardias e de renúncias, a paz das capitulações desonrosas pela qual se sofre, inevitavelmente, a opressão do vencedor!

Não há nas províncias do ultramar português insurreição das populações. Há, sim, como todos os visitantes são forçados a reconhecer, concórdia racial e um esforço ingente de educação, de desenvolvimento económico e de promoção social. Mas toda a verdade evidente dessas zonas de paz autêntica, onde com meios reduzidos e graças ao apoio dos naturais mantemos a ordem permissiva do trabalho e do progresso, é negada por aqueles a quem convém a expulsão dos brancos actualmente radicados na África meridional para nela implantar governos dócilmente submissos aos comandos de grandes potências envolvidas na conquista do orbe.

Imperialistas, nós, que nos limitamos a estar em terras sempre conhecidas por portuguesas? Colonialistas, nós, que damos sem peso nem medida sangue e haveres para servir os interesses do ultramar? Racistas, nós, que sempre tivemos a cristianíssima consciência da fraternidade humana e durante séculos fomos vaiados pelos mesmos que hoje nos acusam de racismo, por, sem nenhum preconceito, convivemos e nos cruzamos com povos exóticos?

Nessa luta de todos os dias contra as mentiras espalhadas e facilmente acolhidas em nosso desfavor, contra a incompreensão ou a tibieza dos amigos e a má fé e a violência dos adversários, contra as grosserias e desconsiderações dos discursos, das moções e das resoluções das assembleias internacionais onde prepondera a maioria afro-asiática, contra as falsas ideias claras dos mitos reinantes e as rajadas dos ventos da História, contra as traições de certos missionários estrangeiros que pretendem aproveitar o acolhimento generoso de Portugal para pregar o evangelho da subversão, contra os golpes internos destinados a ferir o nosso potencial de defesa e a abalar a moral da Nação, nesta luta de todos os dias, dizia eu, para a qual a maioria dos portugueses nem imagina a resolução, a tenacidade e a têmpera de nervos que é constantemente indispensável, não valem as intrigas tortuosas de certos intelectuais mór-bidos, as fantasias delirantes de doutrinários despegados das realidades, os fingidos sobressaltos dos vigilantes intermitentes da pureza do patriotismo alheio; não valem as divisões estéreis e esterilizantes entre portugueses, o regresso aos ataques pessoais para abalar o prestígio dos que



governam e a confiança que neles se deposita, as insinuações sobre as intenções de quem tem sobre os ombros as graves responsabilidades dos destinos da Pátria.

Conselhos serenos e desinteressados, opiniões sèriamente reflectidas e correctamente expressas, debates com o propósito honesto de encontrar as melhores soluções e esclarecer sobre elas os governantes, tudo convém, é desejável e deve ser agradecido.

Mas as campanhas torpes em que se usa e abusa de armas desleais sem outro efeito que não seja colaborar com o adversário na perturbação da frente interna — isso não.

Para que seja possível a quem governa sustentar a luta desgastante em que estamos vitalmente empenhados, importa que, como até aqui, o povo português se mostre unido ao redor dos dirigentes por ele escolhidos, unido no pensamento de procurar tudo o que for a bem de Portugal, unido no esforço colectivo de impor a sua Pátria ao respeito alheio, unido no firme propósito de abrir os caminhos do futuro pelo trabalho, pela educação, pela firmeza do carácter. Unido não só pelo sangue, pela terra, pela língua comum, pelas tradições, pelos hábitos — mas pela vontade de continuar uma Nação cuja forte personalidade tem direito a prosseguir na História destinos que não se limitam apenas à sobrevivência em razoável nível de vida — porque se identificaram sempre com o espírito generoso e cavallheiresco de servir a Humanidade e de a enriquecer com valores morais.

Não. Recusamo-nos a voltar ao estado de «apagada e vil tristeza» de antes do 28 de Maio de 1926. Recusamo-nos a reincidir nos vícios que tanto comprometeram a vida nacional, a marcha do progresso interno e a reputação do País no concerto das Nações.

Recusamo-nos, deveremos firme e decididamente recusar-nos, a regressar a tempos calamitosos em que a vida pública se alimentava de despeitos, ressentimentos e ambições pessoais e em que na política se sobrepunha o prazer das intrigas, das vinganças e das retaliações entre os homens à consideração dos interesses nacionais.

Esta é a lição viva do 28 de Maio: há quarenta e cinco anos o País viu-se numa encruzilhada da sua História e, tendo por expoente as Forças Armadas, soube resolutamente erguer-se acima das mesquinhas que o aviltavam para escolher um caminho de unidade, de dignidade e de progresso.

Nesse caminho estamos, nesse caminho queremos continuar. Nele saberemos suportar o tremendo desafio dos tempos de hoje ao qual a Nação tem de dar resposta digna do seu passado, mas sem fechar os olhos aos horizontes do futuro!

O Governo confia no povo português. O Governo tem a certeza de que é acompanhado, no seu esforço honesto, pela grande maioria deste povo cujo instinto nunca se enganou e de cujo seio têm saído os soldados que, fiéis aos seus deveres para com Portugal, escrevem em cada dia nas terras portuguesas de África páginas de abnegação, de dedicação e de heroísmo!





